

Ensaíos FEE, Porto Alegre, 4(2): 3-23, 1984.

TRABALHO IMPRODUTIVO: CRÍTICA DE UM CONCEITO*

David Laibman**

"Palavras" disse Megan Bernard.

"Eh?" respondeu Poirot, olhando-a inquisidoramente.

"Aquilo que você está dizendo. São apenas palavras. Elas não significam nada."

"Palavras, mademoiselle, são apenas a roupagem das idéias."

(Agatha Christie)

No *Grundrisse* (1973), no Volume II de *O capital* (1967), na Parte I de *Teorias da mais-valia* (1963; pt.1, cap.4) e em várias outras partes, Marx procurou extrair dos escritos dos economistas clássicos a essência válida da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. A discussão prosseguiu em todas as gerações de autores marxistas que se seguiram após a sua morte.

Nenhuma pretensão existe, neste trabalho, de se realizar uma pesquisa executiva seja na literatura clássica, seja na literatura secundária.¹ Conforme o mostrado por E. K. Hunt, os escritos de Marx contêm elementos contraditórios, e, mesmo que pudéssemos identificar em sua obra uma tendência dominante sobre o assunto, nossas opções teriam ainda que ser validadas não apenas com base em confirmações textuais, mas também pela lógica, pela evidência e pela prática. Este estudo propõe-se apenas a sugerir um quadro de referência que torne possível distinguir, entre as numerosas definições de trabalho improdutivo, os possíveis métodos de se incorporar o trabalho improdutivo ao esquema analítico da economia marxista e os dife-

* Publicado originalmente em: ROWE, W. L. (ed.). *Studies in labor theory and practice*. Minneapolis, Marxist Educational Press, 1982. (Studies in Marxism, v.12). Tradução de Paulo M. Levy.

** Professor do Brooklyn College da City University de Nova Iorque.

¹ Dois autores foram fundamentais para a retomada desse debate: Baran (1957) e Gillman (1957). Ver também: Yaffe (1972); Gough (1972); Bullock (1973); Barclay, Jr. & Stengel (1975); O'Connor (1975); Holesovsky (1975); e Hunt (1979); referências adicionais com respeito a trabalhos recentes podem ser encontradas nos trabalhos de Hunt (1979) e Shaikh (1979).

rentes usos do conceito. A conclusão pode ser colocada já de início: a distinção trabalho produtivo/improdutivo, na forma radical com que aqueles que a defendem propõem (incluindo-se aqui, freqüentemente, o próprio Marx), é infundada e deveria ser descartada como um resíduo da economia burguesa clássica. A fim de que minhas conclusões não pareçam totalmente negativas, devemos notar que, juntamente com essa conclusão, serão também ressaltados os aspectos positivos da literatura, bem como propostas formas pelas quais estes aspectos possam ser desenvolvidos; não obstante, sugerimos também neste ponto que o termo “trabalho improdutivo” seja evitado, por ser particularmente convidativo a confusões semânticas e reais.

1 — A Definição de Trabalho Improdutivo

Será útil distinguir claramente o problema de se definir trabalho improdutivo do problema de se determinar o seu caráter em relação às categorias da teoria do valor (capital constante, capital variável, mais-valia). A primeira questão, o **problema da definição**, é tratada nesta seção. A segunda questão, o **problema da delimitação**, será tratada na seção 2.

É importante também distinguir o problema do trabalho produtivo/improdutivo **em si** do problema do caráter do trabalho no setor estatal **enquanto tal**. Este último problema está relacionado com a questão da natureza das receitas e despesas do Estado, isto é, com a incidência do orçamento estatal em termos de classe. A fim de enfrentar uma questão de cada vez e também em função daquilo que cremos ser uma base metodológica correta, iremos abordar o problema da definição, inicialmente, a partir da relação capital-trabalho pura, abstraindo da existência do setor estatal. Num estágio posterior, e ainda sem tentar resolver a questão do setor estatal, alguns aspectos do papel do Estado na reprodução da força de trabalho irão tornar-se relevantes.

Finalmente, cabe observar que definir trabalho improdutivo significa definir o seu oposto, trabalho produtivo, e conseqüentemente estabelecer a distinção entre os dois.

Podemos inicialmente dispensar quatro definições de trabalho improdutivo que, apesar de terem alguma importância teórica ou histórica, não irão desempenhar papel relevante na discussão que se segue. São elas: a definição baseada na utilidade subjetiva, a global, a sraffiana e a materialista.

Para aqueles treinados na economia neoclássica, o único sentido que pode haver na distinção produtivo/improdutivo é considerar como produtivo todo trabalho que produz algo que possua utilidade, “valores de uso”, e como improdutivo todo trabalho que não o faça.² Essa definição elimina completamente o problema, e não é necessário que nos detenhamos nela.

² Ver Blaug (1979) para um exemplo deste tipo de abordagem.

A segunda definição também elimina o problema, porém com muito mais sutileza. Essa definição, global, é atribuída a Stephen Hymer por James O'Connor (1975). Sua formulação central é que “na sociedade capitalista todo trabalho é simultaneamente produtivo e improdutivo”. O trabalho improdutivo está aqui implicitamente definido como o trabalho que reproduz as relações sociais capitalistas, especialmente aquelas de subordinação e controle sobre a classe operária, em oposição ao trabalho que produz mercadorias. A formulação global deriva-se da percepção de que todo trabalho desempenha ambos os papéis simultaneamente. Coloca-se então como uma reformulação da famosa observação de Marx de que “o trabalhador produz não apenas mercadorias, mas também capital”³; em resumo, à medida que o trabalhador produz e reproduz as condições materiais de vida, ele também reproduz as relações sociais antagônicas da sociedade capitalista. Ainda que essa percepção quanto ao caráter dual do processo de trabalho possa ser importante, não parece haver razão para adicionar-lhe uma segunda formulação. Dada a formulação original em Marx, não é necessário trazê-la para o campo do problema do trabalho produtivo/improdutivo.

A terceira definição está baseada no modelo desenvolvido por Piero Sraffa (1960, cap.3). Sraffa propõe uma distinção entre mercadorias básicas e não básicas, sendo mercadorias básicas aquelas que entram, direta ou indiretamente, na produção de todas as outras mercadorias. Isso inclui todos os bens-salário (embora o tratamento que Sraffa dispensa aos salários torne este ponto pouco claro), uma vez que sustentam todo o fluxo de trabalho necessário à produção e todos os bens de capital, **exceto** aqueles que são utilizados exclusivamente na produção de mercadorias não básicas (estes bens de capital serão eles próprios não básicos). Mercadorias não básicas consistem em bens de luxo (bens consumidos apenas pelos capitalistas) mais os acima mencionados meios de produção que se destinam exclusivamente à produção dos bens de luxo. A característica distintiva das mercadorias não básicas está no fato de que suas condições de produção não afetam a estrutura de preços das mercadorias básicas ou a taxa de lucro; por outro lado, as condições de produção das mercadorias básicas afetam todos os preços, inclusive os das mercadorias não básicas, e a taxa de lucro. Embora o próprio Sraffa não dê indicações de que sua distinção entre mercadorias básicas/não básicas deva ser interpretada como uma forma moderna da distinção trabalho produtivo/improdutivo, alguns de seus seguidores propuseram esta sugestão.⁴ Uma definição desse tipo teria muito em comum com aquela primeira discutida acima, uma vez que se constitui essencialmente num julgamento quanto aos tipos de valores de uso produzidos. Embora ela tenha também algo em comum com a definição valorativa discutida abaixo, esta última é mais geral e, ao mesmo tempo, mais dirigida. No presente estágio, parece suficiente salientar que, conforme o estabelecido por vários autores, a distinção

³ Ver Marx (1967), Capítulos VI, XXIV e XXXII.

⁴ Por exemplo, Bullock (1973).

sraffiana pouco tem em comum com a tendência principal de Marx e intérpretes subsequentes.

Nossa quarta definição preliminar é a materialista, presente em Adam Smith, que considera como trabalho produtivo aquele que produz mercadorias físicas, tangíveis, em oposição ao trabalho que produz serviços. Um serviço pode ser definido como uma mercadoria cujas produção e consumo são simultâneos; ele, portanto, não pode servir como reserva de valor ou ser realienado. Essa distinção, da mesma forma como a sraffiana entre bens básicos/não básicos, pode ser útil em vários contextos. A qualidade tangível das mercadorias físicas (especialmente do tipo não perecível) torna-lhes possíveis de servirem, em tempos de crise ou hiperinflação, como substituto para moeda; com a elevação da proporção dos serviços na atividade econômica total, essa elasticidade pode ser de alguma forma reduzida. Porém, a exemplo da distinção entre bens básicos e não básicos, isso não nos ajuda a clarificar as qualidades distintivas do trabalho não produtivo. Vaclav Holesovsky mostra como Marx, em *Teorias da mais-valia*, critica Smith por sair à caça do arenque materialista e, assim, deixar escapar um peixe muito maior.⁵

Estamos agora em condições de considerar as principais formulações, a saber: as definições sócio-econômica, valorativa e analítica.

1.1 — A definição sócio-econômica

Essa é a definição “correta” de Adam Smith. Conforme veremos, sua simplicidade é enganadora. Pensando em termos da definição sócio-econômica, Smith considerava como produtivo todo trabalho que fosse pago a partir do **capital** e, como improdutivo todo trabalho que fosse pago a partir do **rendimento**, entendido essencialmente como a renda pessoal da classe empregadora. Portanto, trabalhadores cujo trabalho resulte em bens, cuja venda realize lucros, e, conseqüentemente, aumento o capital são produtivos; o trabalho, como aquele dos empregados domésticos, fornecedores autônomos de mercadorias especiais, etc., que subtrai do fundo a partir do qual a acumulação se realiza será improdutivo.

Marx formula essa definição mais rigorosamente: “Trabalho produtivo . . . é trabalho assalariado que, trocado contra a parte variável do capital . . . , reproduz não apenas esta parte do capital . . . , mas além disso produz mais-valia para o capitalista” (Marx, 1963; part.1, p.152).⁶ Trabalho improdutivo é, portanto, trabalho que não produz mais-valia. Dado que esse conceito irá tornar-se de difícil interpretação, propomos reservar a classificação sócio-econômica para uma interpreta-

⁵ Ver Holesovsky (1975; p.5) e Marx (1963; pt.1, p.174).

⁶ Segundo Yaffe (1972; p.11-12), “O trabalhador produtivo é aquele que trabalha para a auto-expansão do capital e que produz mais-valia para o capitalista através da produção de mercadorias”.

ção não ambígua. Os empregados domésticos, segundo Adam Smith, embora recebendo um salário por sua força de trabalho, da mesma forma que os trabalhadores empregados na fábrica do capitalista, não produzem mais-valia para o capitalista, porque seu trabalho não resulta em mercadoria passível de ser vendida. Eles, portanto, não trabalham diretamente num contexto de relação de produção capitalista — não trabalham, por assim dizer, dentro do **modo de produção** capitalista —, embora obviamente suas condições gerais de vida estejam determinadas pela estrutura mais ampla da **formação social** capitalista. Seu trabalho é, portanto, semelhante ao dos artesãos, pequenos camponeses e outros estratos que não foram incorporados ainda à esfera da apropriação capitalista direta — embora seu futuro possa muito bem apontar nesta direção. O ponto importante para a presente discussão, entretanto, é que o trabalho que se localiza fora da esfera capitalista direta pode ser distinguido objetivamente do trabalho que se coloca sob o controle do capital; uma definição de trabalho improdutivo baseada nesta distinção será conseqüentemente operacional. Conforme veremos, no entanto, paga-se um alto preço por tal clareza, pois a definição sócio-econômica não suportará o peso dos principais usos que se faz do conceito de trabalho improdutivo.

Alguns autores colocaram-se diante de uma questão: os trabalhadores improdutivos, no sentido da definição sócio-econômica, deveriam ser incorporados ao campo dos artesãos independentes, isto é, dos “pequenos-burgueses” auto-empregados, ainda que eles trabalhem por salários, ou às fileiras da classe trabalhadora propriamente dita? O problema parece emergir especialmente no caso de autônomos que fornecem matérias-primas ou artigos manufaturados semi-processados aos capitalistas. (Holesovsky, 1975; p.9). Pelos padrões da definição sócio-econômica, contudo, não deveria interessar se o produto final de seu trabalho é um serviço diretamente consumido pelos capitalistas (ou outros), ou um insumo material para produção adicional na esfera capitalista direta. Num dos casos, o trabalho sustenta o consumo: pode-se argumentar que, na sua ausência, a demanda por bens de consumo cuja produção efetivamente envolva criação de mais-valia seria maior, mas isto apenas reforça a característica distintiva do trabalho em questão como não produtor de mais-valia. No outro caso, o trabalho aparece como sendo um elemento do capital constante, o qual obviamente não resulta em criação de mais-valia.

Existe uma corrente na definição sócio-econômica que transcende suas próprias fronteiras. Quando Marx fala de trabalho que não “aumenta o capital”, a impressão que se tem é que o critério repousa em se o trabalho resulta ou não em **produtos** que podem servir para aumentar o capital, seja aumentando o estoque de recursos físicos produtivos, seja ampliando o fundo a partir do qual se sustenta o trabalho. Adam Smith certamente sentia que o trabalho de empregados domésticos era improdutivo na medida em que representava um dispêndio feito a partir de receitas que poderiam de outro modo ter sido utilizadas para aumentar o capital, isto é, para acumular, aumentando, desta forma, a “riqueza das nações”. Essa linha de pensamento conduz a uma definição que vincula o trabalho improdutivo à produção de bens de consumo para os capitalistas, uma definição não muito diferente da raffiana, discutida acima. No entanto produção de **mais-valia** significa a “auto-

-expansão do capital”, não no sentido de acumulação, mas no sentido de que mais-valia é capital auto-expandido “per se”.⁷ Em resumo, o caráter do valor de uso produzido não tem nada a ver com a relação sócio-econômica que governa a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo; isto deve, certamente, aplicar-se aos valores de uso consumidos como bens de luxo enquanto um caso especial.

1.2 — A definição valorativa

Uma segunda linha importante de abordagem ao problema da definição apóia-se nos escritos de Marx que, explícita ou implicitamente, avaliam o tipo de trabalho ou seus produtos, algumas vezes utilizando um padrão genérico de utilidade social, outras vezes recorrendo ao padrão de uma forma de organização social mais elevada, socialista. Apesar da insistência categórica com que autores como Yaffe afirmam inexistir em Marx qualquer definição “moralista”, Hunt demonstrou conclusivamente a existência de uma dimensão valorativa no pensamento do mesmo com relação ao tema (Hunt, 1979; p.10). Marx fala, por exemplo, de “trabalhadores improdutivos . . . que são úteis e necessários apenas em função da existência de relações sociais imperfeitas — eles devem sua existência aos males sociais” (Marx, 1963; pt.1, p.289). Em *O capital*, sugere que o papel do trabalho de um contador pode depender da importância deste trabalho em relação ao sistema de organização social (Marx, 1967; cap.6, p.151). Vários autores marxistas desenvolveram essa abordagem.⁸

Se a primeira definição, a sócio-econômica, era tanto operacional, quanto se colocava claramente relacionada às categorias de valor e mais-valia, esta segunda definição (valorativa), embora em princípio operacional, não parece ter uma relação clara com as categorias teóricas do valor. Em particular, ela não parece depender do fato de se atribuir ou não ao trabalho improdutivo a propriedade de ser ou não capaz de criar valor. Gillman, que subtraía as despesas improdutivas dos lucros, teve seu argumento rebatido por Joan Robinson que salientou que despesas improdutivas realizam lucros para os proprietários capitalistas de firmas de advocacia, agências de propaganda, etc.⁹ Mas, independentemente de se querer ou não abordar a relação da concepção valorativa com as categorias do valor, o projeto de se estabelecer a utilidade social do trabalho de acordo com um critério bem estabelecido — especialmente no caso de um que leve em consideração a experiência acumulada na construção do so-

⁷ É isso que Yaffe (1972) parece afirmar na passagem acima citada (nota 6) que continua: “O valor de uso de uma mercadoria na qual se encontra incorporado o trabalho do trabalhador produtivo não é de modo algum relevante para esta definição: a mercadoria pode ser ‘da espécie mais fútil’ ”.

⁸ Especialmente Baran (1957) e Gillman (1957).

⁹ Ver Robinson (1959).

cialismo — deve ser considerado bastante importante e portador de um valor prático potencial bastante grande.

1.3 — A definição analítica

Caso se insistir que uma investigação de Marx deve começar com o conceito de que trabalho produtivo é aquele que cria mais-valia, independentemente da utilidade social do trabalho, então se estará de volta ao problema que encerrou a discussão sobre a definição sócio-econômica. Colocando em termos simples, aqueles que defendem o que chamamos de definição analítica aplicam a classificação de improdutivo a uma parte do trabalho que se organiza sob controle dos capitalistas a fim de produzir e realizar mais-valia e que está, portanto, na esfera do modo de produção capitalista propriamente dito. O trabalho associado à circulação de mercadorias, em oposição à sua produção, é frequentemente indicado como componente importante do trabalho improdutivo.¹⁰

A definição analítica conduz a uma dificuldade oposta àquela que se deriva da definição valorativa. Não há dúvida quanto a sua precisão em termos de categorias: trabalho improdutivo não cria mais-valia. Uma vez que, diferentemente da definição sócio-econômica, se deve agora identificar os trabalhadores improdutivos dentre aqueles empregados pelos capitalistas em empresas que geram mais-valia, deve-se também concluir que os trabalhadores improdutivos não criam valor; caso contrário, dever-se-ia especificar os mecanismos através dos quais os trabalhadores improdutivos criariam apenas um valor equivalente ao valor de sua força de trabalho. Isso, para dizer o mínimo, seria um artifício arbitrário e nos forçaria a concluir que os trabalhadores improdutivos não são explorados.

O problema é encontrar um critério operacional que identifique trabalhadores que não criam valor ou mais-valia. Ao procurar tal critério, deve-se ser cuidadoso para não cair novamente numa definição alternativa, e insatisfatória, como, por exemplo, a materialista ou a valorativa.

Marx parece deslizar no sentido de um critério materialista no Vol. II de **O capital**, apesar de suas críticas a Smith em **Teorias da mais-valia** (Parte I). Ele fala, por exemplo, do marinheiro, “uma pessoa que vende sua força de trabalho”, e cujo “trabalho não cria nem **produtos e nem valores**” (Marx, 1967; p.149-150). O trabalho do trabalhador alocado em vendas não pode ser considerado improdutivo apenas com base no fato de que ele não altera a forma física das mercadorias, senão teriam que ser incluídos como improdutivos todos os trabalhadores tais como artistas, professores em escolas privadas, etc., e aqueles cujo trabalho possui a mesma característica. Afora o fato de que o próprio Marx é bastante preciso a esse respeito — algumas das passagens mais brilhantes em **Teorias da mais-valia** descrevem o trabalho

¹⁰ Ver, especialmente, Shaikh (1979).

de cantores de ópera, palhaços, etc. como produtivo, se ele for empregado por capitalistas e resultar em mais-valia —,¹¹ nosso objetivo de obter uma definição analítica exclui o uso da transformação da propriedade física das mercadorias como característica distintiva. Será possível manter uma distinção político-econômica adequada entre trabalho ligado à produção e trabalho ligado à circulação?

Proponentes da distinção analítica insistem que, em contradição com atividades de transporte e armazenagem, atividades associadas puramente com compra e venda são improdutivas e não criam valor ou mais-valia. A questão crítica aqui é se a separação do processo total de reprodução econômica em esferas distintas de produção e circulação é teoricamente válida.

A distinção entre a produção e a circulação de mercadorias é, obviamente, essencial: Marx estabeleceu as bases para a teoria da mais-valia em *O capital*, Vol. I, ao desenvolver tanto o caráter distinto quanto a estreita interdependência entre produção e circulação, e sua percepção original é de que a mais-valia emerge apenas na produção que seja simultaneamente um momento de circulação, isto é, tanto dentro quanto fora do processo de circulação. Entretanto falar de produção e circulação como “lugares” distintos constitui questão completamente diferente, assim como procurar visualizar um instante em que a mercadoria “deixa” a esfera da produção e “entra” na esfera da circulação. Neste último “lugar”, ocorre a realização de trabalho necessário, o qual, no entanto, não cria valor. Nenhuma explicação convincente, tanto quanto sabemos, foi até hoje proposta para reconciliar essa concepção com o mecanismo operacional, desenvolvido pelos economistas clássicos e por Marx, que explica o processo pelo qual os preços tornam-se determinados pelo tempo de trabalho relativo: a equalização, pelo ajustamento da distribuição social do trabalho ao longo do tempo, entre a taxa pela qual uma mercadoria pode ser transformada diretamente em outra através da produção e a taxa de transformação através da troca. Esta última relação deve incluir o tempo necessário para que a troca se realize, isto é, o tempo que dura a barganha no mercado, não importando se este tempo de trabalho é concebido em termos de um mercado simples do século XVIII, ou em termos das práticas complexas que caracterizam as atividades financeiras e de “marketing” dos dias atuais.

A questão crítica é saber se existe algum aspecto que possa ser identificado no trabalho envolvido em compra, venda ou atividades contábeis e que, no curso posterior da análise, não possa ser redutível a alguma característica de transformação e processamento de valores de uso: a atividade concreta do trabalho que proporciona uma forma corpórea ao trabalho abstrato e à criação do valor, para utilizar uma metáfora bem conhecida e que se encontra no Vol. I de *O capital*. O pessoal de vendas não altera a forma física das mercadorias, mas efetiva o encontro, no tempo e

¹¹ Conforme Marx (1973; p.272), “a realização de um serviço não pode ser classificada na categoria de trabalho produtivo. Da prostituta ao Papa, existe uma imensa massa de tal populacho”.

no espaço, das mercadorias e seus consumidores potenciais. Alguns aspectos do trabalho de vendas são organização de estoques, promoções, difusão de informações, persuasão, preenchimento de talões de venda ou notas fiscais e algumas tarefas de contabilidade.

Em que ponto se interrompe a produção de valor de uso? Assumindo que se possa separar as atividades do trabalho voltadas puramente para a realização do valor, existe alguma justificativa para excluir-se estas atividades do domínio dos valores de uso e, conseqüentemente, da criação do valor, dada sua necessidade social óbvia? Pode-se, é claro, questionar a extensão pela qual uma parcela do trabalho social está voltada para atividades que são necessárias apenas em função da organização social capitalista existente ou da anarquia da produção, etc. Claramente, algumas das atividades financeiras, de propaganda e de “marketing” encontram-se nessa categoria. Para evitar erros simplistas, contudo, deveria ser colocado simultaneamente que uma boa parte do trabalho envolvido em atividades de controle—contabilidade, vendas, pesquisa de clientes e fornecedores — continuaria a ser necessária e útil numa economia socialista, mesmo diante de alterações no impacto e no conteúdo destas formas de trabalho. Mas, como já deve estar aparente, escorregou-se para o campo da definição **valorativa** que, embora apropriada em seus próprios limites, está desconectada de nossa tarefa de proporcionar uma base operacional para a definição **analítica**.

Podemos agora resumir esta seção. Das três definições significativas para o trabalho improdutivo — a sócio-econômica, a valorativa e a analítica —, a primeira é operacional, mas pouco interessante; a segunda é operacional, mas descolada das categorias da teoria do valor; a terceira é ambiciosa em termos da teoria do valor, mas não operacional e vazia, portanto, inválida. “Trabalho que não produz mais-valia” se constitui, pois, em um conceito destituído de qualquer significado. **Ou** ele representa “trabalho fora da apropriação capitalista, trabalho que não é alugado pelo capital” e, neste caso, constitui um conceito de importância declinante (com uma possível exceção, conforme se verá adiante); **ou** ele reduz a investigação a uma avaliação da utilidade social, ou a um critério materialista inadequado qualquer que seja o padrão. Se se adotasse uma definição valorativa, conforme o proposto por Hunt, uma linha de investigação altamente significativa estaria aberta. Mas essa linha de investigação seria inteiramente consistente com uma contabilização do tempo de trabalho que considera todo o trabalho como criador de valor e mais-valia, seja ele considerado ou não produtivo pelo padrão valorativo (a criação de mais-valia, obviamente, é considerada apenas dentro da esfera de apropriação capitalista).

Ademais, dever-se-ia deixar claro, conforme já observado corretamente por Hunt, que se está rejeitando a principal motivação de Marx ao realizar a distinção produtivo/improdutivo. Marx, “o velho sábio e fulminante” (Dunham; 1965, p.52-53), teria sem hesitação reelaborado suas concepções à luz dos avanços da experiência prática e científica; não há razão para que não possamos fazer o mesmo.

2 – A Delimitação do Trabalho Improdutivo

Se, apesar das considerações tecidas acima, ainda se quiser adotar uma definição analítica de trabalho improdutivo, então deve surgir um novo nível de problema. Voltamos nossa atenção agora para o **problema da delimitação**: de que forma operar a determinação dos componentes do valor do produto que representam a atividade improdutiva? Em resumo, que espécie de componente do valor-produto representa o custo do trabalho improdutivo (e talvez também o custo dos elementos do capital constante que são colocados em movimento pelo trabalho improdutivo), uma vez que se assume que o trabalho improdutivo em si mesmo não cria valor? Esta é uma questão que se reduz, em parte, à determinação da natureza do valor dos custos do trabalho improdutivo e, também em parte, a mostrar a forma pela qual se procederia a determinação quantitativa do sistema e que tal determinação é tanto possível quanto consistente com o restante do sistema teórico do valor.¹²

Embora, nesta seção, se proceda apenas a uma investigação preliminar sobre o assunto, deve-se deixar claro que a solução desse problema é essencial se se deseja que os conceitos marxistas sejam viáveis, isto é, se uma concretização completa é possível **em princípio**. A perseguição desse aspecto da situação do trabalho improdutivo deve recair especialmente sobre aqueles que insistem em manter a validade da distinção analítica.

Considerandó-se que o custo do trabalho improdutivo constitui um elemento de fluxo, ele deve ser assimilado por um dos três elementos de fluxo que compõem o valor de uma mercadoria: capital constante, capital variável ou mais-valia. Marx aborda o problema em **O capital**, Vol. II, onde as passagens relevantes são mais uma vez ambíguas, oscilando entre o capital variável e a mais-valia. Nas seções que tratam da distribuição da mais-valia, que são rediscutidas no Vol. III, as despesas improdutivas são representadas como deduções de mais-valia e, conseqüentemente, como parte da mais-valia. Em outras partes, Marx coloca o custo do trabalho improdutivo na categoria de capital variável, como na seguinte passagem: “Uma parcela do **capital variável** deve ser gasta na compra desta força de trabalho ativa somente na circulação. Este adiantamento de capital não cria nem produtos nem valor” (Marx, 1967; p.151). Portanto, essa escolha parece inerentemente contraditória, na medida em que o capital variável é assim denominado por ser ele sozinho não apenas capaz de criar valor, mas de, em geral, fazê-lo numa proporção maior do que ele próprio possui. A menos que se queira abandonar as percepções fundamentais do Volume I, devemos atribuir passagens como essa a uma anotação apresada (seja por Marx ou por Engels) e reverter às alternativas representadas pelo capital constante e pela mais-valia.

¹² Com relação a isso, o problema da delimitação torna-se de algum modo semelhante ao bem conhecido problema da transformação. Para um desenvolvimento deste último, ver Laibman (1973-74).

Embora Marx não tenha jamais indicado, tanto quanto sabemos, a possibilidade de se tratar os custos do trabalho improdutivo como capital constante, a idéia foi desenvolvida por Shane Mage e respaldada por Vaclav Holesovsky (ver Mage, 1963 e Holesovsky, 1975; p.13). Parece bastante atraente a idéia de se poder alargar nosso conceito de capital constante de modo a incluir certos tipos de trabalho que não criam valor, assim como os insumos físicos; não obstante, mesmo neste estágio inicial surge uma dificuldade que decorre do fato de se considerar um **fluxo** de capital constante que não tem sua contrapartida de estoque, na medida em que o trabalho, seja ele produtivo ou improdutivo, não pode ser apropriado "in totum" pelo capital sem que se destrua o "status" de proprietário independente de uma mercadoria que caracteriza o trabalhador, e através do qual a força de trabalho, e em última instância todo capital, se valoriza.

Se o custo do trabalho improdutivo é capital constante, então seu valor será transferido para o produto final, sem criação de valor. Esse valor será igual ao valor da força de trabalho improdutivo, ou à parcela do trabalho improdutivo no valor do salário real. Pode-se imaginar um modelo simples no qual não existem elementos físicos na produção, e, portanto, não existe capital constante no sentido tradicional. O quadro de insumo-produto pode ser expresso como:

$$L_I + L_p \rightarrow X$$

onde L_I é o trabalho improdutivo; L_p , o trabalho produtivo; e X é o produto físico. Se λ é o valor-trabalho de uma unidade do produto, w , a parcela salarial no produto (a recíproca de um mais a taxa de exploração) e L é o trabalho total, então o valor da força de trabalho improdutivo será

$$w \lambda X L_I / L$$

e o valor do produto será dado por:

$$\lambda X = w \lambda X L_I / X + L_p.$$

Resolvendo para λ e escrevendo $l_p = L_p / X$ para a recíproca da produtividade do trabalho (produtivo), então

$$\lambda = l_p \left(\frac{1}{1 - w L_I / L} \right)$$

A característica mais surpreendente desta expressão é que o valor-trabalho de uma unidade do produto depende do coeficiente de salário w (sempre que existir trabalho improdutivo). Quanto maior o salário, maior será o valor do capital constante, e maior, portanto, o valor unitário do produto (este resultado não apresenta problemas e poderia facilmente ser estendido a um modelo a n setores com insumos de matérias-primas positivos). Entretanto constitui uma longa tradição na análise

marxista que o valor criado pelo trabalho é independente da remuneração do trabalho, e tornar aquele dependente deste "contradiz profundamente a teoria marxista" (Hilferding In: Bohm-Bawerk's, 1966; p.142).

A questão não será resolvida mesmo se se argumentar que a delimitação do trabalho improdutivo deve ser tratada em um nível secundário de abstração, representado pelo valor transformado, na medida em que (como é bem conhecido) o nível de salários não afeta as magnitudes dos preços de produção. Isso implicaria que o trabalho improdutivo deve ser encarado como indistinguível do trabalho produtivo na formação de valor não transformado; isto, por sua vez, eliminaria as correspondências importantes e singulares entre o valor e as magnitudes dos preços de produção utilizadas na análise econômica marxista moderna.¹³ Entretanto ainda mais fundamental é o fato de que a variação no valor unitário, como resultado da delimitação do trabalho improdutivo entre os elementos do capital constante, constitui claramente um tipo distinto das variações que resultam da formação de uma taxa de lucro uniforme: este último processo é resultado de uma redistribuição secundária da mais-valia e da revalorização dos estoques de capital que a acompanham e afeta os elementos do vetor de preços de modo diferenciado.¹⁴ A variação do valor unitário é conceitualmente anterior à redistribuição da mais-valia, relacionando-se essencialmente com sua formação e afetando os valores unitários uniformemente na mesma direção. Deve-se concluir, portanto, que a resposta baseada no capital constante ao problema da delimitação nos lança em dificuldades profundas e aparentemente insuperáveis.

A alternativa convencional consiste em delimitar o trabalho improdutivo à mais-valia. Em vista disso, o "setor" improdutivo será inteiramente financiado a partir da mais-valia produzida no "setor" produtivo. O valor da força de trabalho improdutivo é regulado por seu correspondente produtivo, de modo que os trabalhadores improdutivos realizam um trabalho que não cria valor e também um trabalho não pago que não cria mais-valia. Os capitalistas que alugam trabalhadores improdutivos, portanto, não se apropriam de seu trabalho enquanto valor; tanto os salários dos trabalhadores improdutivos quanto os lucros obtidos como resultado de seu emprego são criados pelos trabalhadores produtivos e deduzidos da mais-valia derivada do trabalho não pago realizado pelos trabalhadores produtivos.

Embora essa abordagem não gere contradições imediatas com a teoria do valor, como o faz a abordagem baseada no capital constante, ela efetivamente levanta algumas dificuldades sérias. Em primeiro lugar, deve-se notar que ela contém, em si mesma, a possibilidade de que a mais-valia gerada por trabalhadores produtivos pode não ser suficiente para financiar conjuntamente os salários dos trabalhadores

¹³ Nós aqui temos em mente os resultados associados ao teorema da inclusão que relacionam a taxa de lucro uniforme a sua contrapartida em valor, bem como as invariâncias associadas a uma composição específica do produto; ver Laibman (1973-74) e Brody (1970).

¹⁴ Para explicações adicionais, ver Laibman (1978; p.6).

improdutivos a uma taxa equivalente ao dos trabalhadores produtivos mais os lucros para ambos os conjuntos de capitalistas. Exemplos dessa ordem podem ser facilmente desenvolvidos, mostrando “lucros negativos com mais-valia positiva,”¹⁵ com base em premissas razoáveis no que se refere à magnitude dos dois setores ou de componentes de um único setor. No caso de um único setor, escrevendo-se Pr para a parcela da mais-valia composta de lucros e utilizando as mesmas notações empregadas acima, tem-se:

$$Pr = L_p \cdot (1 - w) - wL_I$$

onde $Pr = 0$ quando a taxa de exploração (dada por $(1 - w)/w$) for igual a L_I/L_p . Em resumo, perde-se a clara relação entre lucro e exploração.

No entanto permanece verdadeiro que o lucro é apenas uma forma de mais-valia e que a relação entre mais-valia e exploração não se altera. Não obstante, esse ponto meramente centraliza aquela que pode ser a inadequação básica da solução ao problema da delimitação representada pela mais-valia. Essa solução estabelece uma assimetria fundamental entre trabalho produtivo e improdutivo que não parece emergir de fatos reais derivados das relações capitalistas de produção. Pode-se explorar mais os trabalhadores produtivos, pagando-os menos (aumentando a mais-valia relativa) ou fazendo-os trabalhar mais (aumentando a mais-valia absoluta). Em qualquer um dos casos, o fundo de mais-valia aumenta. Pode-se também pagar menos aos trabalhadores improdutivos, e, neste caso, a parcela dos lucros na mais-valia aumentará; entretanto, se o número de horas de trabalho dos trabalhadores improdutivos for aumentado, sua taxa de exploração irá elevar-se acima daquela dos trabalhadores produtivos, mas os lucros não se alterarão. Isso é uma consequência direta do postulado de que trabalhadores improdutivos realizam trabalho não pago que não é apropriado pelo capital; neste caso, o capital não estará interessado em seu volume. Não parece útil sustentar que os trabalhadores improdutivos realizam trabalho que não cria valor — e que, portanto, não é apropriado — e ao mesmo tempo afirmar que são explorados, ao menos num sentido consistente com a utilização do termo pela teoria do valor. Somos então colocados diante da opção de termos que abandonar a perspectiva de que eles são explorados — e, neste caso, sua posição como parte da classe trabalhadora será colocada em questão, ao mesmo tempo em que sua situação de trabalhadores desprovidos de meios de produção, que devem vender sua força de trabalho, emerge como um problema teórico — ou, então, sermos apanhados numa definição contraditória de exploração.

Deve-se também observar, especialmente no caso daqueles que defendem a definição analítica, que a abordagem que privilegia a delimitação do trabalho improdutivo em termos de mais-valia implica que os capitalistas irão procurar desfazer-se dos contingentes de trabalho improdutivo, por razões que estão acima e além de sua

¹⁵ Esta frase é um jogo de palavras do artigo de Steedman (1975).

motivação geral, a fim de adotarem mudanças técnicas poupadoras de mão-de-obra. Isso nos forçaria a concluir que a acumulação sob inspiração dos capitalistas envolveria uma redução progressiva na parcela da força de trabalho dirigida a objetivos improdutivos. Isso obviamente contradiz o senso comum da realidade da acumulação capitalista, assim como os objetivos que orientaram a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, conforme se verá a seguir.

A conclusão preliminar é que as abordagens existentes sobre o problema da delimitação são insatisfatórias. Na medida em que essas abordagens pareçam esgotar todas as alternativas, pode-se mesmo sugerir a existência de um **teorema da impossibilidade**. Certamente, o ônus de sua demonstração recai sobre aqueles que desejam manter alguma forma de definição analítica.

3 — As Utilizações do Conceito de Trabalho Improdutivo

Não há estímulo em se reconsiderar as críticas acima feitas a partir dos usos que se faz da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Esses usos recaem em duas amplas categorias: primeiro, as tendências das principais taxas que descrevem o caminho da acumulação; segundo, a análise de diferenciações no seio da classe trabalhadora e da posição de classe dos estratos intermediários.

Com relação às taxas: a distinção produtivo/improdutivo tem sido utilizada para demonstrar que a taxa de exploração está elevando-se, que a taxa de lucro está em declínio e que a taxa de crescimento também está declinando.

Foi Mage quem primeiro derivou as taxas com base apenas no trabalho produtivo.¹⁶ Sua definição, entretanto, apóia-se na falácia da abordagem materialista, pois identifica trabalho produtivo com a categoria estatística de **trabalhadores na produção**; Marx, por seu turno, indicou claramente sua intenção de incluir na categoria de trabalho produtivo as atividades de armazenamento e transporte e — pelo menos em algumas passagens — certas atividades de contabilidade e de vendas. Mage, na realidade, encontra um declínio na taxa de exploração ao longo do tempo, conclusão esta consistente com as principais tendências da pesquisa empírica burguesa. Yaffe, por outro lado, define o trabalho produtivo apenas pela exclusão dos serviços — uma escolha problemática, conforme pode ser visto na seção 1 — e encontra uma taxa de exploração em elevação.¹⁷ A diferença encontra-se na solução dos dois autores para o problema da delimitação. Mage delimita o trabalho improdutivo ao capital constante, e, deste modo, a mais-valia derivada do trabalho dos trabalhadores produtivos exclui os salários dos trabalhadores alocados em atividades de serviços e não diretamente ligados à produção. Yaffe, por sua vez, inclui estes salários na mais-valia, e, uma vez que tem ocorrido em todos os países capitalistas

¹⁶ Ver Mage (1963) e Holesovsky (1975).

¹⁷ Ver Yaffe (1972).

avançados uma elevação no peso relativo do setor serviços, não é inesperado que este artifício impulse para cima a taxa de exploração.

Não está claro porque se deve procurar saber se a taxa de exploração, definida com os salários dos trabalhadores em atividades de serviço no numerador e dos trabalhadores na produção no denominador, está elevando-se. Dado que as categorias fundamentais podem diferir das formas em que aparecem, deve-se estabelecer uma relação entre os conceitos essenciais e suas formas fenomênicas correspondentes, de modo a se evitar um racionalismo idealista. Se a posição objetiva de classe dos trabalhadores em serviços coincide com aquela dos trabalhadores na produção, um fortalecimento na posição dos primeiros irá também reforçar a posição destes últimos — isto obviamente constituindo uma premissa de unidade trabalhista em tentativas de organização entre trabalhadores de serviços, funcionários e profissionais. Sob a ótica da definição analítica — delimitação do trabalho improdutivo à mais-valia —, entretanto, deve-se concluir que os trabalhadores na produção são fortalecidos em função de um aumento em uma componente da mais-valia. Aparte do “obscurantismo” dessa visão — sua defesa quase mística de um paradigma semântico —, deve-se notar que essas posições em relação à tendência de uma taxa, como é o caso da taxa de exploração, estão normalmente relacionadas de um modo mecânico a posições políticas. Na presente instância, sustenta-se que, a menos que a taxa de exploração se eleve, os trabalhadores deverão ser responsabilizados pelas crises, e uma análise do capitalismo baseada em suas contradições imanentes deve ser substituída por um populismo subjetivista. Basta aqui dizer que a análise econômica marxista deve realizar investigações cuidadosas e substanciais das tendências e desenvolver concretamente suas implicações, ao invés de reduzir um rico campo de estudos à defesa semântica de uma visão apocalíptica e de certa forma fatalista.

Mage obtém uma taxa de lucro declinante principalmente por adicionar os salários de todos os trabalhadores não ligados à produção ao capital constante. As dificuldades com essa abordagem já foram observadas acima. Outras observações relativas ao declínio da taxa de lucros descrevem a porção em elevação da mais-valia como necessariamente canalizada para atividades improdutivas, tornando-se imensos tratados sobre o desperdício, etc. As análises sobre o desperdício crescente, especialmente as que o relacionam às contradições do capitalismo recente, são extremamente úteis. É evidente, entretanto, que essa linha de pensamento resvala para a definição **valorativa** do trabalho improdutivo e se encontra, portanto, separada da tarefa **analítica**. A descrição e a análise são verdadeiras e importantes, mas a taxa de lucro é irrelevante nessa conexão, na medida em que é um conceito da teoria do valor, cuja determinação não é afetada pela forma da atividade social ou por sua avaliação. Os capitalistas podem acumular igualmente, senão melhor, sob a forma de empresas voltadas ao desperdício e não apenas por meio de empresas socialmente úteis. Essa posição é semelhante com respeito aos argumentos de que uma proporção em crescimento de trabalho improdutivo provoca um crescimento mais lento. Uma vez que a taxa de crescimento é igual à taxa de lucro vezes uma parcela relativamente estável do investimento na mais-valia, então aqui se aplicam as mesmas conclusões derivadas acima. O conceito é basicamente tautológico: se as atividades

improdutivas estão crescendo mais rapidamente do que a média, então as atividades produtivas devem estar crescendo mais lentamente do que a média; dado que a taxa de crescimento das atividades produtivas é a taxa de crescimento “per se”, de acordo com a definição avaliativa, segue-se que uma parcela crescente de atividades improdutivas deve reduzir a taxa de crescimento.

Contudo é na área da determinação das classes e estratos sociais que o conceito de trabalho improdutivo provocou maiores confusões. Pode-se recordar apenas a tormentosa e prolongada discussão sobre se os professores seriam “produtivos” ou não. A maioria das exposições sobre o assunto começa por assegurar a sua anuência de que a categoria “improdutivo” não significa “ausência de utilidade social”; que, além do mais, a distinção não implica a premissa de que se possa, ou se deva, utilizá-la para separar os trabalhadores em diferentes classes de “organizabilidade”, ou ainda sugerir que existiriam bases para organizações distintas ou para a identificação de contradições secundárias e não antagonistas, etc.

Nunca se deixa claro exatamente o que se ganha ao utilizar a distinção. Obviamente, ela apresenta um interesse em si mesma: pode-se seguir as passagens mais brilhantes escritas por Marx nas **Teorias da mais-valia**, Vol. I, e marcar alguns tentos literários unindo “poetas, polícia, prostitutas e professores” e assim por diante. Entretanto, sempre que a imaginação se faz presente nesse assunto, é acompanhada pelo ecletismo. Se desejarmos estudar as condições de trabalho específicas aos professores de uma faculdade, que se caracterizam por serem assalariados e não disporem de propriedade, mas que possuem uma certa autonomia e poder de decisão que outros profissionais assalariados não têm, certamente deveríamos levar a cabo a tarefa (não nos propomos a investigar esta área neste estudo). Similarmente, com relação ao problema dos trabalhadores do Estado, deve-se observar os elementos políticos que entram na determinação de seus salários e condições de trabalho, o mesmo ocorrendo com aqueles que trabalham em funções repressivas — militares, policiais, funcionários de prisões —, cujas condições especiais também criam problemas especiais. Para os objetivos do presente trabalho, dois pontos emergem como importantes. Em primeiro lugar, não há nada no abandono da distinção produtivo/improdutivo que impeça uma análise cuidadosa e minuciosa dessas diferenciações. Mais do que isso, insistir na inadequação de uma concepção indiferenciada da classe trabalhadora não constitui, portanto, uma defesa apropriada da distinção produtivo/improdutivo. Em segundo lugar, a distinção mais atrapalha do que ajuda na tarefa de determinar a natureza e a significância das diferenciações de classes e estratos.

4 — Conclusões

Resumindo: consideramos sete definições de trabalho improdutivo, das quais as últimas três representam os argumentos mais sérios. Essas definições consideradas foram a subjetivista, a global, a sraffiana, a materialista, sócio-econômica, a valorativa e a analítica. Qualquer uma das últimas cinco será consistente com a tentativa

de se dar à distinção de trabalho produtivo/improdutivo um respaldo em termos da teoria do valor, isto é, caracterizar o trabalho improdutivo como não criador de valor. Apenas a última, a mais ambiciosa dentre as “sete maravilhas”, **demand**a uma formulação em termos de teoria do valor.

Com relação às três definições importantes: a definição sócio-econômica é operacional (o trabalho improdutivo nesta definição é trabalho fora da apropriação capitalista, criando valor, ainda que este não resulte em mais-valia), mas ela implica que o trabalho improdutivo seria uma categoria cuja importância vem diminuindo, e, portanto, não se mostra capaz de responder ao peso que a utilização do conceito implica; a definição valorativa é operacional e útil, mas não requer uma formulação em termos de teoria do valor; a definição analítica é não operacional e destituída de sentido, ela reduz a análise ao uso de definições alternativas, como a materialista ou a valorativa, as quais seus próprios defensores rejeitam por princípio.

Se, no entanto, se desejar sustentar a distinção em termos de teoria do valor, dever-se-ia demonstrar sua viabilidade em resolver o problema da delimitação. Na seção 2 demonstrou-se que qualquer das delimitações do trabalho improdutivo — seja ao capital constante, ao capital variável ou à mais-valia — implica dificuldades conceituais insuperáveis.

Finalmente, na seção 3, referente às utilizações que se fazem da distinção, foi sugerido que análises sérias voltadas seja para a investigação das taxas mais importantes da acumulação capitalista e suas tendências, seja para a estratificação da classe trabalhadora e estratos intermediários são obscurecidas ao invés de clarificadas pela distinção entre trabalho produtivo e improdutivo.

Deve-se concluir que a distinção analítica não pode ser sustentada. Embora se reconheça que Marx tentou realizar tal distinção, conforme evidenciado por muitas passagens, incluindo-se várias em **O capital**, Vol. I (a única parte de seus escritos sobre economia política que Marx viu ser publicada), deve-se observar que esta tentativa não desempenha qualquer papel de importância nas seções cruciais sobre as quais se apóia a estrutura teórica de seu sistema. Em particular, as distinções não são necessárias para manter a separação entre produção e circulação como momentos no processo de metamorfose total das mercadorias, que representa um suporte fundamental para a teoria da mais-valia. A distinção produtivo/improdutivo, portanto, deve ser encarada como um resíduo da economia clássica burguesa, a partir da qual emergiu o pensamento de Marx, especialmente no que se refere ao trabalho dos fisiocratas e de Adam Smith. Enquanto que o pensamento de Marx representa uma ruptura qualitativa com as escolas de pensamento que o precederam, existe também uma continuidade estreita — ou então nosso conceito de ruptura seria anti-dialético —, e seria surpreendente se tais resíduos não fossem encontrados em sua obra.

Ainda assim, a distinção produtivo/improdutivo reflete-se de maneira útil em duas áreas. Inicialmente, a definição valorativa, conforme salientado acima, abre espaço a uma linha de investigação proveitosa quanto ao desperdício na economia capitalista. Essa investigação incorporaria a definição rraffiana de básicos/não básicos na definição valorativa e procuraria medir todo o potencial não utilizado de

trabalho, desde o trabalho envolvido na produção de bens de luxo, passando pelo trabalho que produz os meios de produção destes bens, até o trabalho dirigido para atividades de contabilidade, vendas, propaganda, direito, financeiras, repressivas, etc., na medida em que tais atividades seriam redundantes numa sociedade racionalmente organizada. Deixe-se essas investigações livres da camisa-de-força das categorias e poder-se-á observar, por exemplo, que uma parcela do trabalho de operários envolvidos diretamente na produção da indústria automobilística pode ser incluída como desperdício, na medida em que está envolvida com excessivas mudanças de modelo e desenvolvimentos estruturais de “design” associados ao esforço de vendas imposto pela concorrência, mas que não guardam relação intrínseca com a utilidade ou qualidades estéticas dos automóveis e que, portanto, seriam redundantes numa indústria automobilística sob condições socialistas. A identificação desse desperdício de trabalho, mais ou menos idêntica ao “excedente potencial” de Baran, assume uma força analítica muito maior na medida em que se pode demonstrar sua **necessidade** sob o capitalismo. Embora tal investigação caia na esfera da crítica da sociedade capitalista, ao invés de integrar um projeto mais ambicioso de determinar as leis de movimento da sociedade, ela constitui uma parte não ignorável da tarefa total da economia política, além de assumir um significado prático em relação à experiência da construção da sociedade socialista.

Em segundo lugar, existe um aspecto da definição sócio-econômica que pode assumir um significado especial. O progresso da sociedade capitalista, conforme salientado acima, envolve a disseminação do “domínio do capital” por uma área sempre crescente, e sempre que possível o capital invade esferas anteriormente não apropriadas e submete-as a seu controle. Esse tem sido o destino dos setores pré-capitalistas de produção de mercadorias — pequenos proprietários, artesãos — e parece ser o destino de uma parcela crescente de varejistas e pequenos lojistas, assim como dos empregados domésticos, que são na verdade fornecedores autônomos de serviços, embora sua renda assuma a forma de pagamento em troca de força de trabalho. Dado que o capitalismo absorve esses setores e diminui seu peso, sua significância passa a ser negligível.

Existe, no entanto, uma importante exceção. A única mercadoria cuja produção é inerentemente não suscetível de apropriação capitalista é a força de trabalho. Na medida em que as forças produtivas se desenvolvem, a própria produção da força de trabalho passa a demandar maiores recursos sociais, inclusive insumos de trabalho, e constitui uma contradição central do capitalismo, ou, na verdade, uma manifestação da contradição subjacente entre forças produtivas socializadas e a apropriação capitalista, que se reflete na incapacidade do capital em administrar o setor produtor de força de trabalho. Isso ocorre porque a natureza da barganha salarial, que constitui o fundamento da reprodução da força de trabalho e do poder do capital — enquanto meios de produção valorizados — de extrair mais-valia, exige que a força de trabalho se reproduza espontaneamente em um setor doméstico da classe trabalhadora e que seja trazida ao mercado pelo trabalhador, que deve ser capaz de agir independentemente enquanto proprietário de uma mercadoria.

Na medida em que os recursos para reprodução da força de trabalho se encon-

tram fora do controle das unidades domésticas individuais da classe trabalhadora, surge tradicionalmente a presença do Estado. As instituições educacionais são talvez os exemplos mais diretos de recursos dirigidos à reprodução da força de trabalho e, portanto, fora da apropriação capitalista. O trabalho envolvido no setor de reprodução da força de trabalho não produz mais-valia, pois este setor não pode ser apropriado pelo capital; fazê-lo envolveria instituir algo como as condições de uma estufa ou de uma caserna, mais próximas a uma economia escravocrata do que a uma economia capitalista. Análises adicionais sobre o trabalho nesse setor estratégico constituem um legado a mais do conceito de trabalho improdutivo.¹⁸

Em ambos os casos, representados pelo desperdício do trabalho e pelo trabalho envolvido na reprodução da força de trabalho, recomendaríamos que se evitasse a terminologia produtivo/improdutivo. Existe já uma história muito longa de confusões e mistura de idéias, bem como de argumentos baseados na força emotiva de formulações semanticamente ambíguas, para que esses termos possam servir a algum propósito útil.

No interesse de clarificar e aperfeiçoar o uso da teoria do valor, a análise das leis do movimento capitalista e a natureza e evolução das diferenciações de classes e estratos, e no interesse de se terminar com um debate improdutivo e inútil, que constitui na realidade um beco sem saída, cremos que a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo deveria ser deixada de lado. Sua imortalidade repousa em seu produto conceitualmente sólido e que deve ser desenvolvido para, como disse Marx num contexto diferente, “descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (Marx; 1967, Prefácio à segunda edição; p.20).

¹⁸ Para um tratamento mais completo sobre recursos destinados à reprodução da força de trabalho e sua significância para a estrutura de preços em economias socialistas e capitalistas, ver Laibman (1978; p.6).

BIBLIOGRAFIA

- 1 – BARAN, Paul. **The political economy of growth**. New York, Monthly Review Press, 1957.
- 2 – BARCLAY JR, William J. & STENGEL, Mitchell. **Surplus and Surplus value. The review of radical political economics**, New York, Winter, 1975.
- 3 – BLAUG, Mark. **Economic theory in retrospect**. (s.l.), Richard D. Irwin, 1968.
- 4 – BRODY, Andras. **Proportions, prices and planning**; a mathematical restatement of the labor theory of value. New York, Elsevier, 1970.
- 5 – BULLOCK, Paul. Categories of labor power for capital. **Bulletin of the conference of socialist economists**, (s.l.), Autumn, 1973.
- 6 – DUNHAM, Barrow. A comment on the comment. **Political affairs**, (s.l.), 33 (11): 52-53, 1965.
- 7 – GILLMAN, Joseph M. **The falling rate of profit**. London, Dennis Dobison, 1957.
- 8 – GOUGH, Ian. Marx's theory of productive and unproductive labour. **New left review**, London, dec.1972.
- 9 – HILFERDING, Rudolph. Bohm-Bawerk's criticism of Marx. In: BOHM-BAWERK'S, Eugen von. **Karl Marx and the close of his system**. New York, Augustus M. Kelly, 1966.
- 10 – HOLESOVSKY, Vaclav. Marx's triple theory of productive/unproductive labor. In: THE EASTERN ECONOMIC ASSOCIATION, maio 1975. (Annual Convention, 5).
- 11 – HUNT, E. K. The categories of productive and unproductive labor in marxist economic theory. **Science and Society**, (s.l.), Fall, 1979.
- 12 – LAIBMAN, David. Price structures, social structures and labor values in a theoretical socialist economy. **Economics of Planning**, /s.l./, (1): 6, 1978.
- 13 – ————. Values and prices of production: the political economy of the transformation problem. **Science and Society**, (s.l.), Winter, 1973-74.
- 14 – MAGE, Shane. **The law of the falling tendency of the rate of profit**. (s.l.), Columbia University, 1963. (Dissertação de Ph.D, não publicada).
- 15 – MARX, Karl. **Capital**; I. New York, International Publishers, 1967.
- 16 – ————. **Grundrisse**. New York, Vintage Books, 1973.
- 17 – ————. **Theories of surplus value**. Moscow, Progress Publishers, 1963. (part 1).
- 18 – ————. The expenses of circulation. In: ————. **Capital**; II. New York, International Publishers, 1967.

- 19 – O'CONNOR, James. Productive and unproductive labor. **Politics and Society**, (s.l.), n.3, 1975.
- 20 – ROBINSON, J. COMMENT. **Science and Society**, /s.l./, Spring, 1959.
- 21 – SHAIKH, Anwar. **National income accounts and marxian categories**. (s.l.), New School for Social Research, 1979. (trabalho não publicado).
- 22 – SRAFFA, Piero. **Production of commodities by means of commodities**. London, Cambridge University Press, 1960.
- 23 – STEEDMAN, Ian. Positive profits with negative surplus value. **Economic journal**, /s.l./, mar. 1975.
- 24 – YAFFE, David. The Marxian theory of crisis, capital and the state. **Bulletin of the conference of socialist economist**, s.l., Winter, 1972.